

REVISÃO DA LITERATURA SOBRE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO

REVIEW OF THE LITERATURE ON STUDENTS WITH DISABILITIES IN GRADUATE PROGRAMS

REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA SOBRE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD EN PROGRAMAS DE POSGRADO

ROSÂNGELA LOPES BORGES

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados – MS.

rosangelalopes@atca.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-8422-0075>

ALINE MAIRA DA SILVA

Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Associada da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados – MS.

alinesilva@ufgd.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-8439-0477>

Recebido em: 10/11/2024

Aceito em: 14/05/2025

Publicado em: 04/08/2025

Resumo

Tem-se como objetivo investigar como tem ocorrido a inclusão de estudantes com deficiência em programas de pós-graduação no Brasil, focando nas perspectivas desse mesmo grupo. A questão norteadora foi: o que os textos encontrados discorrem a respeito do ingresso e da permanência nos mestrados e doutorados, sob a ótica das próprias pessoas com deficiência? A metodologia foi uma revisão de literatura feita no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nos Periódicos CAPES e na *Scientific Electronic Library Online*. Analisaram-se nove dissertações, uma tese e 11 artigos. Desse total, selecionaram-se apenas textos que tinham como participantes da pesquisa pessoas com deficiência, compondo uma amostra de seis textos. Os principais achados revelam que, apesar da ampliação do acesso por meio de ações afirmativas, persistem desigualdades quanto à efetividade dos processos seletivos, às condições institucionais de permanência e às atitudes exclutivas. As experiências dos estudantes são marcadas por sentimentos ambivalentes de pertencimento, exclusão e resistência. Identificou-se ainda a fragilidade das políticas públicas voltadas à inclusão na pós-graduação, bem como a escassez de dados sistemáticos sobre esse público. Conclui-se que a garantia do direito à educação na pós-graduação *stricto sensu* demanda políticas intersetoriais, acessibilidade institucionalizada e valorização das vozes dos próprios estudantes com deficiência como protagonistas do processo.

Palavras-chave: Acessibilidade; Mestrado e doutorado; Ações afirmativas.

Abstract

This study aims to investigate how the inclusion of students with disabilities in graduate programs in Brazil has taken place, focusing on the perspectives of this group itself. The guiding question was: What do the selected texts discuss regarding the admission and retention of students in master's and doctoral programs, from the viewpoint of people with disabilities themselves? The methodology involved a literature review conducted in the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, Theses and Dissertations Catalog, the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, the CAPES Journals, and the Scientific Electronic Library Online. Nine master's dissertations, one doctoral thesis, and eleven scientific articles were analyzed. From this total, only texts in which people with disabilities were research participants were selected, resulting in a sample of six texts. The main findings reveal that, despite increased access through affirmative action, inequalities persist regarding the effectiveness of selection processes, institutional conditions for retention, and the prevalence of exclusionary attitudes. The experiences of students are marked by ambivalent feelings of belonging, exclusion, and resistance. In addition, the fragility of public policies aimed at inclusion in graduate education was noted, as well as the scarcity of systematic data about this population. It is concluded that ensuring the right to education at the stricto sensu graduate level requires intersectoral policies, institutionalized accessibility, and the recognition of students with disabilities as protagonists of this process by valuing their voices.

Keywords: accessibility; master's and doctoral programs; affirmative action.

Resumen

El objetivo de este estudio es investigar cómo ha ocurrido la inclusión de estudiantes con discapacidad en los programas de posgrado en Brasil, centrándose en las perspectivas de este mismo grupo. La pregunta orientadora fue: ¿Qué discuten los textos encontrados respecto al ingreso y permanencia en los programas de maestría y doctorado, desde el punto de vista de las propias personas con discapacidad? La metodología consistió en una revisión de la literatura realizada en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de Coordinación para la Mejora del Personal de la Enseñanza Superior, en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones, en Periódicos CAPES y en la Scientific Electronic Library Online. Se analizaron nueve disertaciones de maestría, una tesis de doctorado y once artículos. De este total, se seleccionaron únicamente los textos cuyos participantes en la investigación eran personas con discapacidad, conformando una muestra de seis textos. Los principales hallazgos revelan que, a pesar de la ampliación del acceso mediante acciones afirmativas, persisten desigualdades en cuanto a la efectividad de los procesos selectivos, las condiciones institucionales de permanencia y las actitudes excluyentes. Las experiencias de los estudiantes están marcadas por sentimientos ambivalentes de pertenencia, exclusión y resistencia. Además, se identificó la fragilidad de las políticas públicas orientadas a la inclusión en el posgrado, así como la escasez de datos sistemáticos sobre este grupo. Se concluye que la garantía del derecho a la educación en el posgrado *stricto sensu* demanda políticas intersectoriales, accesibilidad institucionalizada y la valorización de las voces de los propios estudiantes con discapacidad como protagonistas del proceso.

Palabras clave: accesibilidad; maestría y doctorado; acciones afirmativas.

1 Introdução

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva já apresentava diretrizes voltadas à garantia do acesso e da permanência de estudantes com deficiência em todas as etapas da educação. No entanto, somente em 2012 foi sancionada a Lei nº 12.711/12, instituindo o sistema de cotas para ingresso em universidades e instituições

federais. Posteriormente, em 2016, essa legislação foi ampliada pela Lei nº 13.409/16, que passou a contemplar especificamente a reserva de vagas para pessoas com deficiência.

A promulgação da Lei nº 13.409/16 não ocorreu de forma isolada, mas foi fortemente influenciada pelo advento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Ao estabelecer obrigações concretas para a eliminação de barreiras e a promoção de ações afirmativas, a LBI ampliou a compreensão jurídica e social da inclusão, servindo como base para o aprimoramento das legislações subsequentes.

Assim, a normativa que estabelece a reserva de vagas para pessoas com deficiência pode ser compreendida como um desdobramento direto desse novo paradigma, reafirmando o dever do Estado de assegurar, de forma mais incisiva, o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior em condições equitativas. Mais recentemente, a Lei nº 14.723/23 acrescentou novas disposições, estabelecendo em seu Artigo 7º-B que as instituições federais de ensino superior devem promover políticas de ações afirmativas para inclusão de “[...] pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência [...]”, em seus programas de pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2023).

A presença de marcos legais e políticas públicas evidencia o compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, com destaque para os programas de pós-graduação. Apesar disso, sua efetiva implementação ainda encontra obstáculos significativos. Embora o direito à educação para esse público seja amplamente reconhecido, sua concretização, especialmente no nível da pós-graduação, permanece comprometida devido à ausência de políticas institucionais mais abrangentes e à insuficiência de recursos necessários para garantir esse acesso de forma plena (Souza, 2020).

Reconhecemos que os entraves à inclusão de pessoas com deficiência na pós-graduação exigem uma análise que vá além da ausência de políticas institucionais e da escassez de recursos. Trata-se de reconhecer que esses obstáculos são parte de um processo histórico de exclusão estrutural que afeta esse grupo social desde os primeiros anos de escolarização. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD, 2023) revelam que apenas cerca de 25% das pessoas com deficiência concluíram, no mínimo, o ensino médio, em contraste com quase 60% das pessoas sem deficiência. Esses números evidenciam que as desigualdades educacionais acumuladas ao longo da trajetória escolar repercutem diretamente na reduzida presença desse público nos níveis mais elevados de ensino. Assim, o debate sobre inclusão na pós-graduação deve ser articulado com a compreensão dos desafios enfrentados ao

longo de todo o percurso educacional, bem como com o reconhecimento das lutas e conquistas históricas que possibilitaram avanços normativos e políticos, ainda que insuficientes, na garantia do direito à educação para essa população.

Essa realidade de desigualdade no acesso aos níveis mais elevados da educação é também reconhecida pelas próprias diretrizes nacionais voltadas à pós-graduação. O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2024-2028) aponta que, em 2022, o Brasil ofertou 4.777 vagas em programas de pós-graduação distribuídos em 324 municípios, configurando um cenário de crescimento contínuo ao longo dos últimos 70 anos, intensificado nas últimas duas décadas (BRASIL, 2023, p. 22). Apesar desse avanço, o documento reconhece como desafio estratégico “ampliar a diversidade e a inclusividade na pós-graduação” (p. 60), destacando que pessoas com deficiência — ao lado de outros grupos historicamente marginalizados — enfrentam elevada probabilidade de exclusão, muitas vezes como desdobramento de trajetórias educacionais marcadas por falta de oportunidades e barreiras sistemáticas.

A ausência de um levantamento nacional sistemático e público sobre a inclusão de pessoas com deficiência na pós-graduação também representa uma barreira à produção de conhecimento sobre o tema. As pesquisas dependem, em grande medida, da disponibilidade e da transparência dos dados institucionais. Atualmente, os sistemas oficiais, como os da CAPES, ainda oferecem informações limitadas sobre esse público. Apenas recentemente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a tratar, de forma sistemática, a deficiência nas edições da PNAD Contínua, a partir de 2022, o que revela o silenciamento histórico de dados sobre essa população. Nesse sentido, a recente sinalização da CAPES quanto ao lançamento do Censo da Pós-Graduação apresenta-se como uma medida relevante para qualificar o diagnóstico das desigualdades e permitir o desenho de políticas mais eficazes. Tais iniciativas ganham ainda mais importância diante das alterações legais mais recentes, como a atualização da Lei de Cotas (Lei nº 14.723/2023), que reforça a obrigatoriedade da implementação de ações afirmativas também nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Esse alerta reforça a urgência de políticas públicas que não apenas promovam o acesso, mas garantam a permanência e a titulação de sujeitos com deficiência, corrigindo as desigualdades acumuladas historicamente. A inclusão desses sujeitos no debate sobre o futuro da pós-graduação brasileira é, portanto, um imperativo ético e político, sobretudo diante de um cenário que reconhece formalmente sua exclusão, mas ainda carece de mecanismos efetivos para revertê-la.

1.1 Perspectivas teóricas e legais sobre a deficiência e a Educação Especial

O campo da Educação Especial é reconhecidamente um espaço em disputa teórica e política, marcado por diferentes concepções sobre deficiência, inclusão e direitos educacionais. A Lei nº 12.796/2013, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, insere a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, reforçando o princípio da inclusão educacional como dever do Estado. Essa concepção se anuncia em um entendimento ampliado da deficiência não apenas como condição clínica, mas como uma construção social e política, conforme delineado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2016), incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional.

Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) é um marco jurídico que aprofunda essa concepção, ao definir a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Esse entendimento desloca o foco da deficiência como atributo individual para a análise das barreiras que limitam o exercício de direitos.

A inclusão escolar, portanto, deve ser compreendida a partir dessa articulação entre os modelos social e biopsicossocial da deficiência, os quais influenciam diretamente as políticas públicas educacionais. Autores como Diniz (2012), Pletsch (2009) e Sassaki (2003) argumentam que a produção da deficiência como fenômeno social está relacionada à organização excluente da sociedade, que historicamente marginalizou pessoas com deficiência por meio de práticas normativas e estruturais. Isso implica reconhecer que a democratização da pós-graduação depende não apenas da abertura formal de vagas, mas da revisão dos modos de organização pedagógica, curricular e avaliativa que historicamente invisibilizaram esse grupo.

A inserção dessa perspectiva teórica permite qualificar a análise das ações afirmativas voltadas às pessoas com deficiência na pós-graduação, pois evidencia que a acessibilidade não se reduz a recursos técnicos, mas exige transformação das lógicas institucionais e dos processos de tomada de decisão. Trata-se de uma mudança paradigmática que coloca a deficiência no centro do debate sobre justiça social e direito à educação.

A escolha por investigar esse tema se justifica pelo fortalecimento do debate atual em torno da inclusão de estudantes com deficiência na pós-graduação, impulsionado por recentes

transformações na legislação brasileira que asseguram os direitos desse grupo quanto ao acesso e à permanência em programas de mestrado e doutorado. Soma-se a isso o fato de que, por se tratar de uma área ainda emergente no campo das pesquisas educacionais, observa-se uma carência de estudos que aprofundem a discussão, o que reforça a relevância e a necessidade de atenção dedicada a essa temática.

Objetivamos, com este estudo, identificar como tem ocorrido a inclusão de estudantes com deficiência em programas de pós-graduação no Brasil, focando nas perspectivas desse mesmo grupo. Traçou-se como questão norteadora: o que os textos encontrados discorrem a respeito do ingresso e da permanência nos mestrados e doutorados, sob a ótica das próprias pessoas com deficiência?

2 Método

Segundo Costa e Zoltowski (2014), a revisão de literatura constitui uma metodologia capaz de qualificar, expandir e sistematizar a busca por produções acadêmicas. Diferentemente de uma simples enumeração cronológica ou descrição superficial dos textos encontrados, esse tipo de estudo exige uma abordagem crítica e reflexiva sobre os conteúdos analisados.

Para conduzir esse processo investigativo, os autores destacam a importância de se definir com clareza o problema de pesquisa e os objetivos a ser alcançados. Em seguida, propõem uma sequência de etapas a ser seguidas: definição dos tipos de documentos e das bases de dados a ser consultadas; escolha dos descritores ou palavras-chave; delimitação dos critérios de inclusão e exclusão dos materiais; realização e organização das buscas; triagem inicial dos textos com base nos resumos; leitura integral e coleta dos dados relevantes; e elaboração de uma síntese analítica, com foco na qualidade e na relevância das produções selecionadas.

Estabelecemos, então, quatro plataformas de busca: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Periódicos CAPES e SciELO. Utilizamos como descritor de busca “ações afirmativas” AND “programas de pós-graduação”. Optamos por não estabelecer um recorte temporal, considerando a quantidade reduzida de materiais identificados.

Os critérios de inclusão foram: dissertação, tese ou artigos científicos publicados em revistas brasileiras; estudos cujos contextos de investigação correspondessem a mestrados e/ou doutorado situados no Brasil; que abordassem ações afirmativas implementadas nesse nível

educacional e que envolvessem, de forma direta, a perspectiva de pessoas com deficiência na amostra analisada. Foram desconsiderados os estudos que abordavam outras fases, modalidades ou níveis educacionais distintos da pós-graduação; que não incluíam informações específicas sobre pessoas com deficiência; além daqueles caracterizados como revisões de literatura ou de natureza exclusivamente bibliográfica.

As buscas foram organizadas separadamente em cada uma das plataformas e, em seguida, integradas em uma única base. Durante a etapa de pré-seleção, foi criado um quadro inicial no qual se registravam os títulos dos textos localizados, bem como os motivos para sua exclusão, com base na leitura dos títulos e resumos. Os materiais que, à primeira vista, atendiam aos critérios definidos tiveram seus links armazenados. Na sequência, os textos pré-selecionados foram lidos integralmente, o que permitiu a exclusão de novos itens que não atendiam aos requisitos. Por fim, foi realizada a seleção definitiva dos documentos e a montagem do quadro geral, no qual se baseia a análise apresentada adiante.

Optamos por utilizar a Análise Temática (Alhojailan, 2012), também conhecida como Eixos Temáticos, como abordagem metodológica para examinar os dados coletados. Essa técnica tem sido amplamente adotada no campo da Educação como uma estratégia eficaz para interpretar discursos e textos, mesmo sem a exigência de um referencial teórico prévio. Seu foco recai sobre a identificação e descrição de ideias, tanto explícitas quanto implícitas, por meio da observação de padrões de frequência, similaridades e diferenças nos conteúdos analisados.

3 Resultados

Foram localizados, no total, nove dissertações, uma tese e 11 artigos que discutiam sobre ações afirmativas voltadas para pessoas com deficiência. Desse total, apenas seis davam voz às pessoas com deficiência aplicando algum instrumento de coleta de dados para que essas pessoas se tornassem participantes ativos da pesquisa.

Para se chegar a esse número, foram analisadas 232 dissertações/teses no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; 232 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 45 artigos no Periódico da CAPES, 17 artigos na SciELO. Desse total foram excluídos os repetidos e os que não se enquadram nos critérios de inclusão e exclusão.

Foram excluídos textos em que não se tratava de pós-graduação ou que discutiam sobre ações afirmativas, cotas ou ingresso e permanência no Ensino Superior, em nível de graduação. Também foram eliminados ensaios, resumos, entrevistas e dossiês. A exclusão abrangeu aqueles que tratavam de outras modalidades da educação: Educação Básica, educação profissional, educação prisional. Não foram consideradas aquelas obras que discutiam sobre a inclusão: social, no mercado de trabalho, na área da saúde, em concursos públicos, biblioteconomia, arquitetura e paraolimpíadas.

Essa grande variedade de textos encontrados pode ser compreendida sob diferentes perspectivas e suscita importantes reflexões críticas. Em primeiro lugar, o maior volume de publicações voltadas ao Ensino Superior indica uma tendência de concentração das pesquisas e debates em torno da inclusão de pessoas com deficiência nesse nível educacional. Tal cenário pode evidenciar, por um lado, uma ampliação do interesse por temas relacionados à acessibilidade e à inclusão nesse âmbito, mas, por outro, também pode sinalizar uma carência de estudos específicos sobre a vivência e os obstáculos enfrentados por esse público na pós-graduação.

Os textos pré-analisados demonstram uma percepção crescente sobre a importância de promover a inclusão desde as etapas iniciais da trajetória escolar, além de evidenciar a necessidade de preparar pessoas com deficiência para o ingresso no mercado de trabalho e para o exercício pleno da cidadania. Por outro lado, os estudos que abordam concursos públicos e educação prisional trazem à tona discussões sobre inclusão em contextos específicos, muitas vezes negligenciados e socialmente marginalizados. A variedade de temas abordados, que vai além da pós-graduação, aponta tanto para a abrangência do debate sobre inclusão quanto para a identificação de áreas que ainda carecem de maior atenção e aprofundamento.

Encontramos 18 dissertações/teses e 47 artigos que tinham como foco a pós-graduação. Dentro dessa modalidade de ensino, várias temáticas nos foram apresentadas. Ao investigar textos focados nas ações afirmativas na pós-graduação, descobrimos uma gama de pesquisas abordando outras áreas e temáticas. Temas como: negros, cotas em geral, indígenas, gênero/negra, questões étnico-raciais e internacionalização foram bastante identificados. Além desses, localizamos várias pesquisas bibliográficas e revisões de literatura que excluímos, conforme os critérios estabelecidos no início.

A coexistência desses temas sugere que as discussões sobre inclusão na pós-graduação não podem ser vistas de forma isolada. Apontam para a complexidade do campo de estudo,

abrangência e diversidade da própria temática. E traz à tona reflexões importantes sobre a diversidade e a interseccionalidade das questões educacionais e sociais. A quantidade expressiva (21 textos) de publicações que abordam o tema da "deficiência" no contexto da pós-graduação reforça a importância dessa temática e revela um interesse cada vez maior por parte da comunidade acadêmica em compreendê-la e debatê-la com maior profundidade.

Dessa amostra composta por 21 textos – sendo 9 dissertações, 1 tese e 11 artigos – que abordam a temática das pessoas com deficiência na pós-graduação, apenas seis realizaram pesquisas diretamente com esse público, ou seja, envolveram pessoas com deficiência como participantes da investigação. Os demais estudos, embora relevantes para o debate, concentraram-se em outras dimensões da inclusão, como a análise de políticas institucionais, práticas de gestão, atuação docente ou revisão de documentos oficiais, sem incorporar as vozes e experiências dos próprios estudantes com deficiência em seus procedimentos metodológicos. Com base nos critérios previamente definidos e após a análise sistemática dos materiais selecionados, organizamos no Quadro 1 os textos que compõem a amostra final deste estudo.

A seguir, apresentamos os principais dados de identificação dessas produções, incluindo ano, autoria, tipo de pesquisa, técnicas utilizadas e o lócus institucional de realização. Essa sistematização visa a fornecer uma visão panorâmica do perfil metodológico e geográfico dos estudos analisados, possibilitando uma melhor compreensão da diversidade de abordagens adotadas nas investigações que dão voz às pessoas com deficiência na pós-graduação.

Quadro 1 - Lista dos textos que compuseram a análise.

Ano	Autores	Tipo	Tipo de Pesquisa	Técnicas/Instrumentos	Lócus da Pesquisa
2016	Branco e Leite	Artigo	Qualitativa	Entrevistas semiestruturadas	Diversas universidades federais
2019	Branco e Almeida	Artigo	Pesquisa Exploratória	Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência (ESA)	6 Universidades Federais de São Paulo - Sudeste
2020	Souza	Dissertação	Exploratório Descritiva	Entrevistas e pesquisa documental	3 campi da Universidades Federal da Paraíba - Nordeste
2022	Barbosa	Dissertação	Estudo de Caso	Análise documental e entrevistas	1 programa da Universidade do Estado da Bahia - Nordeste
2023	Lima	Dissertação	Estudo de caso, de caráter	Seções de Brainstorms	Universidade Federal de São Carlos - Sudeste

			exploratório e qualitativo		
2024	Bergamaschi e Calazans	Artigo	Documental	Análise documental e questionários	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Região Sul

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Podemos notar que, quanto ao tipo de pesquisa, uma delas é qualitativa (Branco; Leite, 2016). Uma, apesar de ter aplicado questionário a egressos dos programas, é intitulada como documental (Bergamaschi; Calazans, 2024). Duas fazem uso do estudo de caso (Barbosa, 2022; Lima, 2023); e outras duas nomeiam suas investigações como exploratórias (Branco; Almeida, 2019; Souza, 2020).

Quanto às técnicas e instrumentos, analisamos que três lançaram mão de entrevistas (Branco; Leite, 2016; Souza, 2020; Barbosa, 2022). Três realizam análise de documentos das instituições onde foram realizadas as pesquisas (Souza, 2020; Barbosa, 2020; Bergamaschi; Calazans, 2024). Lima (2023) realizou seções de Brainstorms¹; Bergamaschi e Calazans (2024) também aplicaram questionário; e Branco e Almeida (2019) aplicaram Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência (ESA)². Nota-se uma proeminência da análise de documentos, sobretudo editais, como técnica mais utilizada, seguida da aplicação de questionários.

Em relação ao lócus da pesquisa, uma delas abrangeu universidades de várias regiões brasileiras (Branco; Leite, 2016). Branco e Almeida (2019) e Lima (2023) escolheram investigar instituições do Sudeste brasileiro. Souza (2020) e Barbosa (2022) centram-se no Nordeste. Já a Região Sul foi contemplada com a pesquisa de Bergamaschi e Calazans (2024). Não foram localizadas pesquisas no Norte e Centro-Oeste. Esses dados demonstram uma diversidade de tipo de pesquisa, de técnicas e a amplitude de investigações sobre deficiência na pós-graduação, em âmbito nacional.

A distribuição desigual dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) no Brasil reflete disparidades regionais significativas. Segundo o Relatório do Grupo de Trabalho sobre Equidade e Redução de Assimetrias (CAPES, 2024), as regiões Sudeste e Sul concentram quase 64% da oferta de PPGs, enquanto o Centro-Oeste representa apenas 9% dessa oferta. Além

¹ Método qualitativo de coleta de dados utilizado para gerar ideias, percepções e soluções de forma colaborativa.

² Instrumento psicométrico aplicado com o objetivo de mensurar os níveis de satisfação e as atitudes de pessoas com deficiência em relação às condições de acessibilidade e inclusão em contextos educacionais.

disso, observa-se que, no Centro-Oeste, 71% dos PPGs estão localizados nas capitais, indicando uma concentração urbana que limita o acesso à pós-graduação em áreas mais interioranas. Essa distribuição desigual não apenas afeta a produção científica, mas também evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam a expansão e interiorização dos programas de pós-graduação.

3.1 Resumo dos textos selecionados

O artigo de Branco e Leite (2016), publicado na revista Psicologia da Educação, discute sobre "Condições de Acessibilidade na Pós-Graduação". Os autores realizaram uma pesquisa qualitativa – recorte de uma pesquisa maior – com o objetivo de “analisar como estudantes com deficiência que acessaram curso de pós-graduação *stricto sensu* identificamos suportes e as barreiras referentes à acessibilidade em suas unidades universitárias” (p. 37). Realizaram entrevistas com cinco estudantes do curso de pós-graduação *stricto sensu* de diferentes unidades universitárias do Estado de São Paulo de modo a compreender os impactos e desafios das políticas de ações afirmativas na democratização do acesso ao ensino superior.

O artigo de Branco e Almeida (2019), publicado na revista Avaliação, aborda a “Satisfação dos estudantes com deficiência em quatro universidades públicas do estado de São Paulo”. Trata-se de uma Pesquisa Exploratória de cunho qualiquantitativo realizada pela ESA aplicada com estudantes de pós-graduação *stricto sensu* em Educação ou Educação Especial, autodeclarados com deficiência. Objetivaram avaliar os níveis de satisfação, expectativas antes e depois de entrarem na pós-graduação e verificar as atitudes dos estudantes com deficiência diante das condições de acessibilidade oferecidas nas Instituições de Ensino Superior (IES) frequentadas.

Souza (2020), em sua dissertação intitulada “Educação de Pessoas com Deficiência como Direito Humano: condições de acesso e permanência nos programas de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba”, objetivou compreender o processo de inclusão dos estudantes com deficiência nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) após a implementação da Política de Inclusão e Acessibilidade, dentro dos PPGs. Além da pesquisa documental, aplicou entrevistas com seis estudantes com deficiência, coordenadores dos Programas de Pós-Graduação, gestores da Política de Inclusão e Acessibilidade e Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

Barbosa (2022), em sua dissertação intitulada “Acessibilidade e Inclusão no Programa de Mestrado Profissional de Jovens e Adultos (MPEJA) no município de Salvador (BA): um estudo de caso”, objetiva compreender como as ações afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), contribuem para a acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência. Para tal, realizou uma pesquisa aplicando entrevistas a seis estudantes com deficiência, professores, e servidores técnicos.

Lima (2023), em sua dissertação intitulada “Gestão democrática para a acessibilização de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu: o caso UFSCar”, objetivou analisar fatores que constituem a legitimação do direito de ingresso, de acesso, de permanência e de titulação de pessoas com deficiências em programas de pós-graduação *stricto sensu*. O estudo foi desenvolvido na UFSCar e contou com a participação de oito coordenadores de PPGs e dois gestores da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG). Entre os participantes, destaca-se um coordenador que se autodeclarou pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que acrescentou uma perspectiva singular às discussões sobre acessibilidade e gestão democrática na pós-graduação.

O artigo de Bergamaschi e Calazans (2024), publicado na revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, tem como temática as "Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul", entre 2017 e 2022. A pesquisa utilizou análise documental e questionários aplicados aos egressos (sendo 17 respondentes e dentre eles uma mulher surda, a única com deficiência) do programa, com o objetivo de evidenciar os movimentos que constituem as ações afirmativas, considerando os processos seletivos, a permanência e o impacto da formação dos primeiros ingressantes.

3.2 Análise dos resultados das pesquisas

Para realizar uma análise abrangente e comparativa dos textos selecionados, separamos as seis obras por semelhanças e distinções dentre os resultados encontrados nas pesquisas. Os textos focam principalmente nas ações afirmativas na pós-graduação no Brasil, abordando diferentes aspectos e perspectivas de pessoas com deficiência. Os principais eixos temáticos identificados incluem: a) Acesso e Processo, b) Permanência e Suporte Institucional, c) Barreiras Atitudinais e Institucionais, d) Percepções e Satisfação dos Estudantes com Deficiência e, e) Políticas Públicas e Ações Afirmativas.

A análise que se segue se beneficia da base conceitual e normativa apresentada na introdução, sobretudo ao compreender a deficiência a partir de uma perspectiva social e biopsicossocial, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2016.

Essa compreensão desloca o foco da deficiência como atributo individual para a identificação das barreiras que limitam o exercício de direitos, o que repercute diretamente nos cinco eixos temáticos analisados. Por esse motivo, a categorização dos achados será discutida à luz da centralidade da acessibilidade institucional e da inclusão como princípio transversal, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) após a alteração da Lei nº 12.796/2013 (Brasil, 2013). Assim, os resultados apresentados não apenas descrevem experiências, mas as interpretam em diálogo com os marcos legais e os debates teóricos que sustentam a inclusão plena de pessoas com deficiência no ensino superior.

3.2.1 Acesso e processo

As estratégias de ingresso para pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação analisados apresentam variações significativas entre as instituições, mas algumas convergências podem ser observadas. Lima (2023) destaca a preocupação em garantir acessibilidade comunicacional e informacional desde o edital, recomendando a publicação de documentos em formatos acessíveis (PDF pesquisável, DOC, ODT), com vídeos em Libras e audiodescrição, bem como a previsão de respostas em Libras via vídeo ou áudio por terceiros.

Bergamaschi e Calazans (2024), por sua vez, relatam a realização de seminários específicos para divulgar e tirar dúvidas sobre o processo seletivo afirmativo, fortalecendo a transparência e o acolhimento. Barbosa (2022) também ressalta a importância de ações afirmativas no processo seletivo, ainda que reconheça limitações práticas em sua efetivação.

Branco e Leite (2016) e Branco e Almeida (2019) enfatizam a necessidade de ações adaptativas no processo seletivo, como a presença de bancas especiais, intérpretes de Libras, materiais em braile e formulários com campos específicos para descrição das necessidades dos candidatos. Souza (2020) reforça a efetividade dessas ações a partir de depoimentos de estudantes com deficiência, que relatam, por exemplo, a possibilidade de realizar a seleção em casa, o uso de provas com tradução em Libras e adaptações como letras ampliadas e acesso a salas específicas. Esses relatos demonstram avanços, ainda que pontuais, na personalização dos processos seletivos.

Embora todos os autores discutam o acesso como ponto central, nem todos abordam de forma aprofundada os instrumentos específicos de apoio no processo seletivo. Por exemplo, Bergamaschi e Calazans (2024) tratam mais das dimensões político-institucionais e simbólicas das ações afirmativas, enquanto Lima (2023) se dedica a detalhar tecnicamente as diretrizes de acessibilidade nos documentos de ingresso. Barbosa (2022) reconhece a importância de um planejamento institucional mais efetivo, mas não relata a implementação prática de mecanismos de suporte no momento da seleção. Assim, a ausência de descrição de medidas objetivas em alguns textos contrasta com os relatos concretos presentes em Souza (2020) e Branco e Leite (2016).

Em síntese, observa-se uma convergência entre os autores quanto à relevância das ações afirmativas no ingresso, especialmente com a reserva de vagas para pessoas com deficiência, mas as divergências residem no nível de detalhamento, efetividade e institucionalização dessas estratégias. Souza (2020) e Lima (2023) fornecem exemplos concretos de práticas inclusivas no processo seletivo; Branco e Almeida (2019) e Branco e Leite (2016) reforçam a importância das adaptações; Barbosa (2022) denuncia lacunas ainda existentes; e Bergamaschi e Calazans (2024) posicionam as ações afirmativas em uma perspectiva crítica e transformadora da universidade, ainda que com foco mais generalista.

3.2.2 Permanência e suporte institucional

No que se refere à permanência de estudantes com deficiência na pós-graduação, os autores analisados evidenciam fragilidades estruturais e institucionais. Souza (2020), por exemplo, denuncia a ausência de políticas específicas voltadas à permanência na UFPB, salientando que programas como o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) não são voltados ao público com deficiência e que o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), embora disponha de equipamentos de tecnologia assistiva, possui um acervo obsoleto e sem manutenção adequada. Situação semelhante é relatada por Barbosa (2022), que evidencia que, apesar dos avanços no ingresso via ações afirmativas no MPEJA/UNEB, a permanência ainda esbarra em barreiras arquitetônicas e na falta de apoio institucional efetivo para acompanhamento pedagógico.

Já Branco e Leite (2016) apontam que a ausência de intérpretes de Libras, materiais acessíveis e adaptações curriculares adequadas impactam diretamente a experiência acadêmica de seus participantes. Além disso, relatam que muitos dos recursos disponíveis são operados de forma improvisada, dependendo mais do esforço individual de servidores sensíveis à causa do

que de políticas estruturadas. Em consonância, Branco e Almeida (2019) destacam a insatisfação de estudantes com a escassez de medidas de acessibilidade e o despreparo institucional para garantir condições equitativas de aprendizado. Utilizando a ESA, os autores evidenciam que o suporte psicopedagógico é praticamente inexistente.

Lima (2023), por sua vez, apresenta uma perspectiva propositiva ao discutir a gestão democrática como caminho para consolidar políticas de acessibilidade na permanência dos estudantes. Ele defende que ações coordenadas entre diferentes setores institucionais, com participação ativa dos estudantes com deficiência, são essenciais para garantir uma permanência qualitativa. Diferentemente dos demais estudos, Lima traz diretrizes detalhadas, como adequações nos tempos institucionais e incentivo à produção acadêmica acessível, apontando caminhos viáveis para a transformação institucional.

No caso do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), Bergamaschi e Calazans (2024) evidenciam que os estudantes cotistas, entre eles os com deficiência, relataram lacunas importantes durante sua trajetória, especialmente relacionadas ao apoio institucional. Embora reconheçam o avanço representado pela reserva de vagas, os autores indicam que muitos egressos enfrentaram dificuldades para permanecer no curso, por ausência de suporte financeiro contínuo e pela limitada atenção às suas necessidades educacionais específicas. Assim como Barbosa (2022), as autoras reforçam a distância entre a política afirmativa formal e a permanência efetiva.

Em síntese, os seis textos convergem ao reconhecer que a permanência de estudantes com deficiência na pós-graduação ainda é um desafio. Há certa concordância entre Souza (2020), Branco e Leite (2016) e Branco e Almeida (2019) sobre a precariedade dos apoios institucionais. Lima (2023) e Barbosa (2022) reconhecem esse cenário, mas apontam também caminhos para mudança, com propostas de reorganização interna das instituições. Já Bergamaschi e Calazans (2024) analisam os efeitos das políticas de permanência a partir do olhar dos egressos, revelando as tensões entre ideal e realidade.

3.2.3 Barreiras atitudinais e institucionais

A presença de barreiras atitudinais e institucionais na pós-graduação é um dos fatores mais críticos na experiência de estudantes com deficiência, como relatado por todos os autores analisados. Branco e Almeida (2019) observam que essas barreiras se manifestam por meio de preconceitos velados, estigmas e estereótipos, especialmente quando os estudantes tentam

expressar suas necessidades. Relatam ainda que a ausência de espaços de escuta e acolhimento, associada à invisibilização dessas demandas por parte de docentes e gestores, dificulta a permanência e o sucesso acadêmico. Souza (2020), em consonância, denuncia o despreparo dos setores administrativos e pedagógicos da UFPB, e enfatiza que os gestores não consideram plenamente as demandas da inclusão como prioridade institucional.

Barbosa (2022) confirma esse cenário ao afirmar que, no MPEJA/UNEB, apesar da institucionalização das cotas, os sujeitos com deficiência ainda enfrentam preconceito estrutural e atitudes excludentes. Aponta, por exemplo, a ausência de planejamento para receber esses estudantes no espaço físico e nos processos pedagógicos. Já Lima (2023) vai além e propõe que as barreiras atitudinais são resultado de uma cultura institucional que privilegia processos decisórios verticalizados e tecnocráticos, nos quais as pessoas com deficiência não têm voz ativa. Ele propõe a gestão democrática e a corresponsabilidade como caminhos para enfrentar essas barreiras, propondo diretrizes baseadas na acessibilização como transformação cultural e institucional.

Branco e Leite (2016) também apontam para a presença constante de barreiras atitudinais nas universidades analisadas. As autoras destacam que muitos estudantes se sentem constrangidos a solicitar adaptações por medo de julgamento, e que há resistência de parte dos docentes em modificar suas práticas. Essa resistência, segundo os autores, decorre tanto do desconhecimento sobre acessibilidade quanto de um incômodo com a quebra da “normalidade” acadêmica. Bergamaschi e Calazans (2024), por sua vez, reconhecem que, embora o PPGEDU/UFRGS tenha ampliado o acesso via ações afirmativas, as barreiras institucionais e atitudinais ainda se expressam, por exemplo, na falta de intérpretes de Libras e na ausência de adaptações curriculares efetivas — o que, segundo as autoras, gera uma falsa impressão de inclusão.

Mesmo entre os textos que oferecem propostas de superação dessas barreiras, como Lima (2023) e Barbosa (2022), há o reconhecimento de que o caminho para a transformação é longo e exige mudanças estruturais nas práticas de gestão, avaliação e ensino. Os seis autores convergem ao identificar as barreiras atitudinais como entraves significativos à inclusão plena, ainda que divirjam quanto às estratégias possíveis para sua superação. Enquanto alguns apostam na formação continuada e em mudanças de postura docente (Branco; Almeida, 2019; Branco; Leite, 2016), outros defendem reformas institucionais mais amplas e participativas (Bergamaschi; Calazans, 2024; Lima, 2023).

3.2.4 Percepções e satisfação dos estudantes com deficiência

As percepções dos estudantes com deficiência sobre sua trajetória na pós-graduação revelam uma realidade complexa e, muitas vezes, contraditória. Branco e Almeida (2019), por meio da aplicação da ESA, identificaram que, embora alguns estudantes apresentassem tendências satisfatórias no âmbito interpessoal, a maioria demonstrou insatisfação com a acessibilidade arquitetônica e considerou frágil o suporte operacional e institucional. Os relatos mostram que, mesmo onde há boa vontade de professores e colegas, a ausência de políticas efetivas e estruturais reduz a qualidade da experiência acadêmica desses estudantes.

Complementando essa visão, Branco e Leite (2016) relataram que, entre os estudantes entrevistados, havia um sentimento recorrente de frustração com relação à estrutura das universidades e à falta de diálogo com os docentes. Muitos alunos se sentiram invisibilizados e inseguros para reivindicar seus direitos, temendo represálias ou constrangimentos. Ainda assim, alguns relataram superações e melhorias pontuais, especialmente quando apoiados por professores sensíveis às demandas da inclusão.

Souza (2020), por sua vez, discute as percepções a partir de entrevistas com estudantes da UFPB, os quais indicaram que o maior desafio não era apenas a estrutura física, mas o sentimento constante de exclusão simbólica. A falta de um ambiente acolhedor e o distanciamento institucional reforçam uma sensação de "não pertencimento", que afeta diretamente a autoestima e o rendimento acadêmico dos alunos. Barbosa (2022), embora foque mais na estrutura institucional, também aponta que as experiências subjetivas dos estudantes são marcadas por tensões, principalmente devido às barreiras atitudinais e à ausência de um acompanhamento psicológico efetivo.

Lima (2023) se destaca ao trazer uma proposta de gestão participativa, na qual a percepção dos estudantes é considerada como insumo fundamental para a construção de diretrizes institucionais. Os relatos dos coordenadores de PPGs na UFSCar apontam para uma mudança gradual de paradigma, no qual as vozes dos estudantes com deficiência passam a ser ouvidas e consideradas na formulação de políticas. Essa perspectiva se mostra inovadora em relação aos demais estudos, ao incluir as percepções dos sujeitos como parte do processo decisório institucional.

Bergamaschi e Calazans (2024), por fim, apresentam os resultados de um questionário aplicado a estudantes egressos do PPGEDU/UFRGS, no qual uma das respondentes era uma

estudante surda. A percepção dessa estudante, segundo as autoras, foi de isolamento e exclusão devido à ausência de intérprete de Libras em várias atividades, o que comprometeu seriamente sua experiência acadêmica. Essa constatação reforça a tese de que a inclusão não pode se limitar ao ingresso, devendo abranger toda a trajetória formativa dos estudantes.

Esses dados demonstram que, embora haja casos de satisfação pontual, as experiências dos estudantes com deficiência na pós-graduação ainda estão marcadas por desigualdades e barreiras diversas. As percepções colhidas nos seis estudos convergem para a necessidade de um ambiente acadêmico mais responsável, sensível e, sobretudo, transformador.

3.2.5 Políticas públicas e ações afirmativas

A análise dos seis estudos revela que as políticas públicas e ações afirmativas voltadas às pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação, embora formalmente instituídas por legislações como as Leis nº 13.409/2016 e nº 14.723/2023, ainda enfrentam desafios significativos na prática.

Lima (2023) discute que a efetividade dessas políticas depende da gestão democrática e da articulação intersetorial dentro das instituições, sugerindo diretrizes institucionais para transformar as ações afirmativas em um processo contínuo de acessibilização, e não em medidas pontuais. Bergamaschi e Calazans (2024), por outro lado, evidenciam que, apesar da ampliação do acesso por meio das cotas no PPGEDU/UFRGS, faltam medidas concretas para garantir sua eficácia, como a ausência de intérpretes de Libras, que comprometeu a participação plena de uma estudante surda.

Branco e Leite (2016) afirmam que a implementação das ações afirmativas ainda é precária e dependente do interesse dos gestores. A ausência de diretrizes obrigatorias e de fiscalização efetiva por parte de órgãos como a CAPES ou o Ministério da Educação (MEC) permite que programas com melhor avaliação evitem adotar ações afirmativas por receio de comprometer seus indicadores de desempenho. Já Branco e Almeida (2019) relatam um caso positivo em que uma estudante surda contou com o revezamento de quatro intérpretes de Libras ao longo do mestrado, destacando o impacto positivo quando há comprometimento institucional. Ainda assim, reconhecem que iniciativas como essa são exceções e não regra.

Souza (2020) argumenta que a efetivação das ações afirmativas depende da superação de barreiras históricas e estruturais. O autor lembra que a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) já previa a eliminação de barreiras institucionais, mas sua execução na pós-

graduação ainda é comprometida por ausência de políticas abrangentes e recursos adequados. Barbosa (2022), por sua vez, contextualiza historicamente a adoção das ações afirmativas no MPEJA, vinculando sua implementação ao PDI da UNEB e apontando que, embora o programa siga as diretrizes da política institucional, a lacuna está na conversão dessas ações em acessibilidade efetiva.

Em conjunto, os estudos reconhecem que as ações afirmativas representam um avanço importante na democratização do acesso à pós-graduação. Contudo, todos convergem na crítica à baixa institucionalização e à limitada avaliação de impacto dessas políticas. Lima (2023) e Barbosa (2022) propõem um redesenho institucional mais profundo, baseado em governança participativa. Já Bergamaschi e Calazans (2024) destacam a necessidade de abordagem interseccional nas ações afirmativas, que leve em consideração não só a deficiência, mas também questões de raça, gênero e classe social, como forma de enfrentar a colonialidade do saber.

Por fim, os autores convergem na defesa de que as ações afirmativas devem ser acompanhadas por políticas públicas robustas e contínuas de permanência, formação docente, acessibilidade e avaliação. Sem isso, corre o risco de se tornarem meras formalidades, incapazes de garantir justiça social e transformação institucional duradoura.

4 Considerações finais

A questão norteadora desta pesquisa – “O que os textos encontrados discorrem a respeito do ingresso e permanência nos mestrados e doutorados, sob a ótica das próprias pessoas com deficiência?” – foi plenamente respondida por meio da análise dos seis textos selecionados, todos construídos a partir da escuta direta de estudantes com deficiência. A investigação permitiu compreender tanto os avanços quanto os limites das experiências desses sujeitos nos programas de pós-graduação, revelando os sentidos atribuídos ao ingresso e à permanência a partir de suas vivências, percepções e desafios enfrentados.

O objetivo proposto, que consistia em identificar como tem ocorrido a inclusão de estudantes com deficiência em programas de pós-graduação no Brasil, focando nas perspectivas desse mesmo grupo, também foi alcançado. A amostra foi composta por estudos que utilizaram entrevistas, questionários e escalas aplicadas diretamente com os estudantes com deficiência, o que garantiu a centralidade de suas vozes e permitiu uma análise crítica, fundamentada nas suas experiências e relatos.

Em relação ao Acesso e Processo, os principais achados indicam que, embora a reserva de vagas por meio das ações afirmativas tenha contribuído para ampliar o ingresso de pessoas com deficiência na pós-graduação, ainda há disparidades significativas entre as instituições quanto à efetividade desses mecanismos. Persistem limitações como a falta de editais acessíveis, ausência de formulários específicos para solicitação de adaptações e deficiências na divulgação das ações afirmativas. As estratégias adotadas variam em abrangência e profundidade, demonstrando que a inclusão no ingresso ainda se dá de forma desigual e pouco padronizada.

No eixo Permanência e Suporte Institucional, observou-se que a permanência dos estudantes com deficiência na pós-graduação é marcada por ausências institucionais importantes. Faltam políticas claras de acompanhamento pedagógico e psicológico, há deficiência nos recursos de tecnologia assistiva e a infraestrutura física ainda impõe barreiras. O apoio financeiro também é limitado e, em muitos casos, inexistente. A permanência acaba dependendo mais do esforço pessoal do estudante e de apoios individuais pontuais do que de um sistema estruturado e garantido institucionalmente.

Quanto às Barreiras Atitudinais e Institucionais, identificou-se que preconceitos velados, desinformação e posturas excludentes ainda fazem parte do cotidiano acadêmico dos estudantes com deficiência. A resistência de docentes e gestores em adaptar práticas pedagógicas ou escutar as demandas desses estudantes contribui para sua exclusão simbólica e institucional. A ausência de planejamento coletivo e a falta de compreensão da inclusão como princípio estruturante da universidade mantêm vivas barreiras que vão além do físico, atingindo o simbólico e o relacional.

No tocante a Percepções e Satisfação, os relatos dos estudantes com deficiência revelam sentimentos de frustração, solidão e baixa autoestima diante da falta de apoio institucional. Mesmo quando há iniciativas de acolhimento e ações afirmativas, elas nem sempre se traduzem em uma experiência acadêmica satisfatória. A sensação de "não pertencimento" é recorrente. No entanto, também surgem experiências pontuais de satisfação, especialmente quando o ambiente é mais acolhedor ou quando há sensibilidade individual de professores e colegas. A escuta das percepções desses sujeitos mostra-se essencial para orientar a formulação de políticas mais efetivas.

Por fim, sobre Políticas Públicas e Ações Afirmativas, o estudo revelou que, embora avanços legais e normativos tenham possibilitado a reserva de vagas e fomentado o debate

institucional, a efetividade dessas ações ainda está longe de ser uma realidade consolidada. Em muitas instituições, as ações afirmativas funcionam mais como mecanismos formais do que como instrumentos de transformação estrutural. A falta de articulação entre as políticas de ingresso e as de permanência, bem como a escassa avaliação de impacto das medidas adotadas, compromete sua potência enquanto estratégia de inclusão plena.

Como conclusão geral, a pesquisa aponta que a inclusão de estudantes com deficiência na pós-graduação brasileira é um processo em construção, ainda marcado por tensões e contradições. As ações afirmativas têm papel relevante no ingresso, mas não garantem, por si só, a permanência e o sucesso acadêmico. As instituições de ensino superior precisam avançar na elaboração de políticas de acessibilidade que dialoguem com a diversidade das experiências desses estudantes, assegurando condições equitativas de participação em todas as etapas da vida acadêmica.

Essa pesquisa apresenta limitações da amostra a apenas seis textos que abordaram diretamente as vozes dos estudantes com deficiência, o que evidencia uma lacuna importante na produção acadêmica sobre o tema. Além disso, não foram localizados estudos em programas de pós-graduação das regiões Norte e Centro-Oeste, o que compromete a representação territorial da amostra. Pesquisas futuras poderiam ampliar esse escopo, incluindo outras regiões e abordagens interseccionais que considerem, por exemplo, como raça, gênero e classe se articulam com a deficiência no contexto da pós-graduação. Estudos longitudinais também seriam relevantes para acompanhar a trajetória desses estudantes ao longo do tempo, avaliando o impacto de políticas institucionais na efetivação de seus direitos.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio institucional à pesquisa, por meio do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG) e do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Alteridade na Pós-Graduação. Expressamos, ainda, nosso reconhecimento ao professor Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral, coordenador do projeto “Políticas de Ações Afirmativas para Pessoas com Deficiências em Programas de Pós-Graduação: cooperação e acessibilidade para o ingresso, permanência e titulação”, aprovado no âmbito do edital PROEXT-PG/CAPES, cuja liderança e compromisso com a temática foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

- ALHOJAILAN, M. I. Thematic analysis: a critical review of its process and evaluation. **West East Journal of Social Sciences**, v. 1, n. 1, p. 39-47, 2012.
- BARBOSA, N. F. L. **Acessibilidade e inclusão no Programa de Mestrado Profissional de Jovens e Adultos (MPEJA) no Município de Salvador - BA: um estudo de caso.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação de Jovens e Adultos) – Universidade do Estado da Bahia (UNEBA), Salvador, BA, 2022.
- BERGAMASCHI, M. A.; CALAZANS, M. E. Ações afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 32, n. 14, p. 01-22, mar., 2024.
- BRANCO, A. P. S. C.; ALMEIDA, M. A. Avaliação da satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva em cursos de pós-graduação de universidades públicas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 1, p. 45-67, mar., 2019.
- BRANCO, A. P. S. C.; LEITE, L. P. Condições de acessibilidade na Pós-Graduação: um estudo com estudantes de universidade pública. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 43, p. 35-45, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo a educação especial como modalidade transversal. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 25 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF, 2016. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1.
Acesso em: 14. jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Incorporada Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADA_NIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF, 2023.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação (2024-2028). Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação: relatório do grupo de trabalho equidade e redução de assimetrias na pós-graduação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/24122024_Relatorio_2517752_23.12.2024_GT_Equidade_e_Assimetrias_DOI.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 24 abr. 2025.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (orgs.). **Métodos de Pesquisa:** manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.

DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

LIMA, A. H. **Gestão democrática para a acessibilização de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu:** o caso UFSCar. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2023.

PLETSCH, M. D. O que há de especial na educação especial brasileira? **Momento - Diálogos Em Educação**, v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SOUZA, L. T. **Educação de pessoas com deficiência como Direito Humano:** condições de acesso e permanência nos programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2020.